

Apresentación

Neste nº 21 do Boletín, na sección **EsCULcA**, damos noticia da constituición dun novo colectivo (EsCULcA-Xustiza) .

En **Análises e Relatórios** publicamos tres traballos doutros tantos autores. En primeiro lugar, o artigo de Heitor López de Castro “César e Deus na escola”, en que o autor analiza a problemática do ensino relixioso no sistema educativo público e as consecuencias da Orde da Consellaría de Educación que regula a relación laboral dos profesores de relixión dependentes da comunidade autónoma. A seguir, Carlos Aymerich (“Sistema electoral e democracia”) describe o sistema electoral español (e, por extensión, o galego), examina os seus resultados (“próprios propios dun sistema maioritario e bipartidista”) e propón algunhas alternativas para incrementar a representatividade. En “A lóxica da excepción”, José Ángel Brandariz repasa os antecedentes do xuízo contra 27 activistas de Gestoras Pro-Amnistía e Askatasuna, describe o novo escenario que abre este proceso e alerta das consecuencias que este tipo de xuízos ten para a saúde democrática da sociedade.

En **Breves** informamos das actividades da CESPP en Compostela, da aceptación de dous recursos -un na Galiza e outro en Catalunya- contra a vulneración, por razóns linguísticas, do dereito a un xuízo xusto, da publicación do relatório do MpDC sobre a vídeo-vixilancia irregular e da presentación de dous importantes relatórios da CPT. Analizamos tamén algúns aspectos das lexislacións sobre blasfemia, difamación e inxurias a institucións e símbolos estatais en relación con o dereito à liberdade de expresión; o recurso da AI contra a lei de interceptación das comunicacións; a nova lei francesa que insta a chamada “retención de seguraza”; o índice de impunidade dos asasinatos de xornalistas en numerosos países e as recentes modificacións da norma coñecida como a “directiva da vergoña”.

En **Biblioteca** comentamos a última edición da panorámica global que sobre os mecanismos de vixilancia estatal e as salvaguardas do dereito à intimidade publican as asociacións Electronic Privacy Information Center (EUA) e Privacy Internacional (UK).

En separata, entregamos con este número a *Declaración sobre o dereito e a responsabilidade dos individuos, grupos ou órganos da sociedade de promover e protexer os dereitos humanos e liberdades fundamentais universalmente recoñecidos (Defensores de Dereitos Humanos)*, aprobada o 9.XII.1998 pola Asemblea Xeral da ONU, e un modelo para solicitar a cancelación dos seus datos de carácter persoal que obran en poder do respectivo (arce)bispado.

O pasado día 25 de Abril tivo lugar en Vigo, na sede do Coléxio de Advogados, a asemblea constituinte de ESCULCA-Xustiza, colectivo que agrupa os membros de ESCULCA que traballan no ámbito da Xustiza. A asemblea procedeu a eleger a Xunta Directiva, que ficou constituída polas seguintes persoas:

- Nemésio Barxa (Presidente)
- Guillermo Presa Suárez (Vice-Presidente)
- Fernando Blanco Arce (Secretário)
- Xavier Rodríguez Vázquez (Tesoureiro)
- Pilar Lopez Guerrero (Vogal)
- Gustavo García Fernández (Vogal)

O novo colectivo acordou solicitar o seu ingreso na asociación Advogados Europeus Democratas, confederación europea fundada en 1987 en Estrasburgo que agrupa o Syndicat des Avocats de France, La Confederazione Nazionale Delle Associazioni Sindacali Forensi d'Italia, Le Republikanischer Anwältinnen und Anwälteverein, L'Associació Catalana per a la Defensa dels Drets Humans, De Vereniging Sociale Advokatuur Nederland, Le Syndicat des Avocats pour la Démocratie, La Asociación Libre de Abogados, Euskal Herriko Abokatuen Elkarte, L'association . Iniziativa Democratica Forense e Le Legal Team Italia.

CÉSAR E DEUS NA ESCOLA

Heitor López de Castro

Um dos episodios mais célebres dos Evangelhos é aquele em que Jesus Cristo, discutindo um problema fiscal, toma na maõ um denário com a imagem do imperador Tibério e pronuncia –para surpresa de fariseus e herodianos– esta lapidária frase: «Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus» (*Mt 22, 21; Mc 12, 13-17, Lc 20, 20-26*). É uma aseveração tam rotunda –sobretudo vindo de quem vem– que os partidários da separação entre igreja e estado costumamos repeti-la à menor ocasião, seguramente desde os recuados tempos dos guelfos e os gibelinos.

Consciente dessa fraqueza, a Igreja católica preocupou-se de se dotar do seu próprio estado: a Santa Sé. Fundada em 1929 mediante um tratado que assinárom o papa Pio XI e o *duce* Benito Mussolini, a Santa Sé é o suporte jurídico que concede à Igreja católica o seu status de observador na ONU e lhe permite manter relações diplomáticas plenas com muitos países, entre eles o Reino de Espanha. Em 1979, poucos días antes da entrada em vigor da actual Constituição, os estados espanhol e vaticano assinárom um *Acordo sobre ensino e assuntos culturais* que obriga Espanha a inserir o ensino religioso no sistema educativo público, com professores designados pola igreja e pagos polo estado.

A ORDEM DO 17 DE JULHO DE 2007

Esta confusom entre funções religiosas e estatais, que muitos achamos incompatível com o princípio de aconfessionalidade do artigo 16 da Constituição, agravou-se recentemente na Galiza, ao ser aprovada a Ordem da Conselharia de Educaçom e Ordenaçom Universitária de 17 de julho de 2007 (DOG n.º 143, do 24.07.2007), que regula a relação laboral dos professores de religiom dependentes da comunidade autónoma.

No seu artigo quarto, rubricado «*Desenvolvimento doutras funções*», a Ordem estabelece que a diferença entre o horário fixo de permanência semanal e as horas ou sessons que cada professor de religiom tenha como lectivas dedicarãmse, de preferência, a guardas, tutorias e outras actividades como as de dinamizaçom de novas tecnologias, biblioteca, convivência escolar, qualidade educativa ou programas internacionais.

Por tras desta aparência cinzenta e burocrática, a norma esconde árduos problemas de ordem jurídico-constitucional. Com efeito, as tutorias, guardas e actividades de dinamizaçom que se encomendam ao professorado de Religiom tenhem carácter generalista e estendem o âmbito de relação e influênciã destes docentes ao conjunto do alunado do centro, mais além do círculo estrito daqueles

alunos cujos progenitores decidírom, em exercício do direito que lhes concede o artigo 27 da Constituição, que os seus filhos recebam umha formaçom religiosa.

A JURISPRUDÊNCIA CONSTITUCIONAL

Para entendermos cabalmente a problemática jurídica da norma, convém ter presente a jurisprudência constitucional nesta matéria, e nomeadamente a recente STC 38/2007, do 15 de fevereiro, que avalou a constitucionalidade das normas de rango legal que permitírom a remoçom da proposta episcopal para a docência (e a conseguinte extinçom da relaçom laboral com a Administraçom) dumha professora de Religiom, baseada em que mantinha umha relaçom afectiva com um homem diferente do seu marido, do qual estava separada. Transcrevemos literalmente parte do seu fundamento jurídico quinto:

«Ha de corresponder a las confesiones la competencia para el juicio sobre la idoneidad de las personas que hayan de impartir la enseñanza de su respectivo credo. Un juicio que la Constitución permite que no se limite a la estricta consideración de los conocimientos dogmáticos o de las aptitudes pedagógicas del personal docente, siendo también posible que se extienda a los extremos de la propia conducta en la medida en que el testimonio personal constituya para la comunidad religiosa un componente definitorio de su credo, hasta el punto de ser determinante de la aptitud o cualificación para la docencia, entendida en último término, sobre todo, como vía e instrumento para la transmisión de determinados valores. Una transmisión que encuentra en el ejemplo y el testimonio personales un instrumento que las Iglesias pueden legítimamente estimar irrenunciable.»

Resulta pois, que a Constituição, na interpretaçom que dela fai o Tribunal Constitucional, admite que os critérios das confisçons religiosas para a selecçom do professorado desta disciplina nom se limitem à consideraçom de conhecimentos dogmáticos ou aptitudes pedagógicas, senom que se podam estender à conduta e valores pessoais do docente, e nom sob o prisma da proibidade média dum empregado público, senom como transmissor ou evangelista dos valores e crenças da religiom que professa (e aqui o verbo «professar» pode ler-se tanto na sua acepçom de «crer» como na de «ensinar»). E se tal conduta e valores pessoais son fiscalizáveis na esfera mais íntima ou privada, con maior razom há de se admitir que o sejam no desempenho da sua actividade profissional.

O «TESTEMUNHO PESSOAL DE FE»

Sob este ponto de vista, e dado que a sua permanência no posto de trabalho depende em boa medida

do seu «testemunho pessoal de fe», é razoável pensar que o comportamento nos centros de ensino do professorado de Religiom esteja impregnado dumha série de crenças, convicçons e valores que, podendo ser admisíveis no exercício da docência da sua particular religiom, nom serám sempre compatíveis com a realizaçom de funçons ou actividades que vam dirigidas ao conjunto do alunado de um centro docente de titularidade pública, podendo afectar a questons tam corriqueiras num centro de ensino como a resoluçom de conflitos de convivência escolar numha guarda, o conselho aos pais de alunos durante as sessons de tutoria, a escolha de destinos ou visitas de interesse nas excursons escolares, ou a compra duns ou outros livros para a biblioteca escolar quando seja o professor de religiom o encarregado da súa dinamizaçom.

Neste sentido, a transmissom de valores religiosos nom é para os docentes de religiom umha mera opçom pessoal, mas umha obriga inerente ao desempenho do posto de trabalho, pois dela depende a declaraçom de idoneidade ou certificaçom equivalente da confisçom religiosa objecto da matéria educativa. Por tal motivo, a intervençom do professorado de religiom em actividades docentes que nada tenhem a ver com o ensino religioso resulta contrária ao princípio de aconfessionalidade do Estado, pois nestes docentes resulta inseparável a súa faceta de empregados públicos da de catequistas dum determinado credo, com evidente violaçom do principio de neutralidade do artigo 16.3 da Constituição que, como declarárom as SSTC 24/1982 e 340/1993, *«veda cualquier tipo de confusión entre funciones religiosas y estatales»*. Por outra parte, e sob o ponto de vista dos utentes do serviço público educativo, a norma é contrária ao direito fundamental à liberdade religiosa, na sua vertente de que os alunos recibam umha educaçom consoante às convicçons religiosas dos seus progenitores, que podem ser agnósticas ou ateias, ou mesmo religiosas de signo diferente das do professor encarregado da tutoria, a guarda ou a actividade de dinamizaçom de que se trate (p. ex. alunos que cursam a matéria de Religiom Católica e son atendidos polo professor de Islam ou de Judaísmo).

RECURSOS JUDICIAIS

A Ordem de 17 de julho de 2007 foi impugnada, que nós saibamos, polos sindicatos CIG-Ensino e STEG, com argumentos parecidos aos que se exponhem neste artigo. A bola encontra-se, portanto, sobre o telhado da Sala do contencioso-administrativo do Tribunal Superior de Justiça de Galiza que, com a lei na mao, deverá decidir entre Deus e César. *Alea jacta est.*

SISTEMA ELECTORAL E DEMOCRACIA

Carlos Aymerich Cano

Nas democracias representativas, o sistema electoral é o mecanismo para a tradución de votos en escanos. É dicir, un instrumento para producir goberno, representación e lexitimidade. Cabe preguntarse se o sistema electoral español (e por extensión o galego) responde dun xeito suficiente e equilibrado a estes tres requerimentos, á vista das urxencias recentemente expresadas sob a forma de “tsunami” electoral e, sobretudo, atendidas as denuncias que sobre as aporías do sistema véñense formulando, desde hai xa ben tempo, desde, entre outros, o nacionalismo galego. Mais vaíamos por partes non sen advertir, que, fóra das indicacións puntuais que en cada caso se fixeren, as reflexións que seguen centraranse nas eleccións xerais.

O SISTEMA ELECTORAL ESPAÑOL

Antes de máis, unha evidencia. A formación dun réxime electoral determinado obedece á escolla previamente realizada polas forzas sociais e políticas que están en condicións de o impor. Tal acontece tamén na transición española: o sistema electoral fixado na lei para a Reforma Política de 4 de Xaneiro de 1977, responde a unha decisión consciente das elites políticas que, procedentes do franquismo, querían seguir gobernando na democracia: unhas cámaras de composición reducida, circunscrición provincial e sistema proporcional corrixido através da lei d’Hont e do escaso número de escanos a escoller na maioría das provincias que o convirte, na práctica, en maioritario¹. Tratábase, en definitiva, de favorecer os grandes partidos de ámbito estatal através do denominado “bipartidismo integrador” que non excluía, en determinadas provincias densamente poboadas nas que estes partidos concentrasen os seus votos, unha representación “adecuada” dalgúns partidos nacionalistas.

Como se sabe, este foi, ao fin, o sistema constitucionalizado en 1978 e desenvolvido na Lei Orgánica do Réxime Electoral Xeral de 1985:

- a) un Congreso de 350 deputados cun mínimo inicial de dous deputados por provincia, distribuíndose o resto en atención á “poboación de dereito” (isto é, os residentes empadroados nos municipios correspondentes, incluídos os que non teñen recoñecido o dereito de sufraxio – menores de dezaioito anos, inmigrantes – e excluídos os

electores residentes no exterior que, no caso galego representan o 13% do corpo electoral) ;

- b) barreira do 3% dos votos válidos emitidos en cada circunscrición;
- c) fórmula d’Hont (que corrixe a proporcionalidade nun sentido maioritario, isto é, en beneficio das candidaturas máis votadas).

Canto ao Senado, catro senadores por provincia elixidos conforme un sistema maioritario máis un senador por Comunidade Autónoma aos que se soma un senador máis por cada millón de habitantes, designados proporcionalmente.

OS EFEITOS DO SISTEMA ELECTORAL ESPAÑOL

Á hora de facer un balanço do rendimento dun sistema electoral cómpre, con carácter previo, establecer a que aspectos se quer facer referencia. Dito doutro xeito, o balanço dependerá da perspectiva que se escolla: o que para algúns pode ser un problema (p. ex., a presenza dun amplo abano de partidos nas cámaras representativas) pode ser para outros un índice positivo. Todo depende dos intereses e das expectativas de cadaquén: gobernabilidade ou representatividade? Bipartidismo ou un sistema máis plural de partidos? E, para o caso de Estados plurinacionais, recoñecimento ou negación desta pluralidade?

Pois ben, mesmo admitindo que os efectos dos sistemas electorais non se rexen por leis universais e inexorábeis (xa que logo, que sistemas electorais idénticos poden producir resultados diferentes en función do contexto social e político en que se aplicaren), as opcións escollidas -circunscrición, criterio de asignación de escanos, existencia de barreiras de acceso e tipo de voto- inciden decisivamente na conformación do sistema de partidos, do modelo de goberno e da cultura política. Efeitos que tamén teñen muito a ver coa denominada “lexislación de contorna” en materia electoral, reguladora do acceso e da publicidade política nos medios de comunicación e do financiamento das organizacións políticas.

No caso español pódese dicir, máxime após as últimas eleccións xerais, que o sistema electoral está a responder plenamente ás expectativas que nel puxeron os seus artífices: un sistema nominalmente proporcional e pluralista produce resultados propios dun sistema

¹ Vid. As reflexións que ao respecto se recollen en “Lo que el Rey me ha pedido. Torcuato Fernández Miranda y la reforma política”. Pilar e Alfonso Fernández-Miranda, Madrid, 1995.

maioritario e bipartidista, en prexuízo dalgunhas forzas nacionalistas e das terceiras forzas de ámbito estatal (UCD, CDS e PCE/IU) que, curiosamente, vense prexudicadas polo sistema que elas mesmas contribuíron a criar².

ALGUNHAS ALTERNATIVAS

Do meu punto de vista semella preciso incrementar a representatividade -e, ao cabo, a lexitimidade- do sistema electoral español (e galego) incrementando a súa proporcionalidade e, con ela, a igualdade entre os votantes, reflectindo de paso dun xeito máis fiel a realidade plurinacional do Estado.

Para tal resulta inadiábel, en primeiro lugar, *superar a circunscrición provincial e establecer circunscricións autonómicas para as eleccións xerais*. Deste xeito, excepción feita das Comunidades Autónomas uniprovinciais e de Ceuta e Melilla para as que cabería estudar algún tipo de agrupamento, contariamos con circunscricións nas que o número de escanos en xogo sería o suficientemente elevado como para produciren efectos realmente proporcionais eliminando a prima coa que neste momento contan nas provinciais pequenas PP e PSOE. Baste como exemplo o caso de Soria que, con 93.593 habitantes escolle dous deputados en contraste coa d'A Coruña que, con 1.132.792 habitantes, escolle apenas oito.

En segundo lugar, eliminar barreiras de acceso e as correccións maioritarias (lei d'Hont) da proporcionalidade, en beneficio da igualdade entre os votantes e dunha representación política máis fiel da pluralidade e das preferencias dos electores.

En terceiro lugar a proporcionalidade entre electores e representantes obriga a que todos os titulares do dereito de sufraxio sexan computados á hora de distribuír os escanos entre as diferentes circunscricións, substituíndo o concepto “poboación de dereito” (que exclúe os electores residentes no exterior) polo do “censo electoral” (que, loxicamente, os inclúe), alén de esclarecer quen é titular dun dereito de sufraxio activo negado aos inmigrantes e xenerosamente recoñecido como atributo inseparábel da nacionalidade, aos descendentes de emigrantes até o segundo grao.

En cuarto lugar, o procedemento electoral debería ser tamén modernizado co fin de facer obrigatorio o voto en cabina con papeletas recollidas exclusivamente no colexio electoral, permitir o voto dos mariñeiros de altura (imposíbel na práctica apesar da reforma introducida na LOREX através da LO 9/2007, de 8 de Outubro) e establecer o voto en urna e o voto por correspondencia rogado e con garantías para os electores residentes no exterior.

Por último, canto ao Senado, a súa conversión nunha cámara representativa da pluralidade nacional do Estado, a súa única xustificación posíbel, exixiría que fosen os Parlamentos autonómicos quen designasen, en proporción á súa propia composición, os representantes na segunda cámara de cadansúa Comunidade Autónoma.

Ainda dentro dos estreitos marcos da democracia representativa, as propostas que veño de facer perseguen que, no mínimo, o sistema electoral español responda ao adaxio liberal: “regras certas, resultado incerto”. Ao menos, iso.

A LÓXICA DA EXCEPCIÓN

José Ángel Brandariz García

‘(...) Precisamente por iso, sinto-me culpábel da excepcionalidade permanente. Devo dicir que eu non pensava naquelas leis como algo que devese perdurar. Aquelas leis estaban feitas para atemorizar’.

Entrevista a Francesco Cossiga, antigo ministro italiano de Interior³

XUÍZO GESTORAS/ASKATASUNA

O 21 de Abril deste ano comezou na Audiencia Nacional -AN- o xuízo contra 27 persoas, acusadas de pertenza a organización terrorista, polas suas actividades

no cadro de *Gestoras Pro-Amnistía*, de *Askatasuna* e doutros colectivos do que se ten dado en chamar *Movemento Pro-Amnistía* vasco. Case a metade desas persoas chegan ao xuízo oral tras pasar catro anos en prisión provisoria. A isto engade-se, no plano das medidas cautelares -isto é, acordadas sen declaración de culpabilidade-, a prohibición de actividades deses colectivos, que sufreron a proscrición practicamente absoluta do seu labor.

Xa ben intuía Gramsci que nos tempos de transición se manifestan os fenómenos mais morbosos. Seguramente esa cita seria acida para entender a etapa que estamos a

2 Véxanse as diferenzas entre resultados reais e a simulación cun sistema proporcional con circunscrición única estatal en F. PALLARÉS PORTA, “Sistema electoral y sistema de partidos” en F. PAU i VALLS (coord.) “Parlamento y Sistema Electoral”, Aranzadi, Madrid, 1999, p. 79 e 80.

3 Entrevista transcrita en AA.VV., Una sparatoria tranquilla, Odradek, Roma, 1997.

vivir desde 1998 no que se refere à persecución policial e xudicial do mundo do independentismo vasco. Contodo, nesta etapa tod* demócrata convencid* ben podería experimentar unha perplexidade semellante à que Cossiga expresava vinte anos despois de que a sedicente lexislación antiterrorista italiana tivese permitido a persecución de millares de activistas sociais e polític*s, a maior parte d*s cais non tivera nengunha relación con accións armadas. Definitivamente, cabería concluír, con Baudrillard, que na fase final de subsunción da realidade por parte do espectáculo, a única realidade que permanece é o simulacro, tamén polo que fai ao que hoxe entendemos por terrorismo, xa desconectado das accións armadas.

UNHA DÉCADA DE EXCEPCIÓN

De simulacro havería que falar para entender as dinámicas de persecución e encarceramento, desde 1998, de centos de persoas vinculadas ao que mediáticamente é coñecido como “*contorno de ETA*” e que, desde esa data, se entende subsumido, isto é, pertencente, à organización armada. Nada debería, xa que logo, sorprenden neste caso que iniciou recentemente a súa fase de vista oral.

Xa pasou unha década desde a clausura do diário *Egin*, de xeito que ben podemos saber que, igual que na Itália dos anos ‘70, non estamos perante o desígnio mais ou menos desnortado de nengun xuíz, senón ante unha sólida inscrición da lóxica da excepción no cadro dun sistema formalmente democrático e de Dereito, tal como teorizara o Schmitt mais lúcido. Como é ben sabido, momentos maiores desa dinámica foron a condena polo Tribunal Supremo a 23 membros de *Haika* e *Segi* por colaboración con ETA (19/I/2007), e a condena por parte da AN a 47 integrantes de organizacións políticas, sociais e mercantís por pertenza a ETA (19/XII/2007), no infausto sumário 18/98.

En consecuencia, cabe reiterar, nada debería sorprenden da apertura de xuízo oral contra persoas do *Movemento Pro-Amnistia*, nen da súa provábel conclusión. Sen embargo, unha reflexión mais detida do asunto, realizada desde un firme compromiso con o Estado de Dereito, atopa certos elementos de discontinuidade con a dinámica mencionada, que só poden convocar à preocupación.

O NOVO ESCENÁRIO

Con efecto, nos supostos até agora vividos existía unha -cando menos mínima- matriz política, en sentido estrito, nos suxeitos e colectivos perseguidos. Tratava-se, en último termo, da confrontación entre un Estado que

perseguía, como sempre acontece, a súa autopoiese, a autoperpetuación do estado de cousas existente e da institucionalidade que o garante, e suxeitos sociais que, en formas mais ou menos disruptivas, promoven un novo *statu quo*. E, apesar de que a Modernidade teña pretendido canalizar esa confrontación nos cadros tendencialmente plácidos do ordenamento xurídico, calquer socioloxía do conflito nos ensina que iso non fai a tensión menos violenta nen a encamiña necesariamente polas vías do consenso. A historia do sistema penal da Modernidade está suficientemente pragada de lóxicas de excepción como para que poda haber algunha dúbida neste punto.

Até aí, portanto, nada novo: emprego do sistema penal non para o tratamento do cidadán, senón para a loita contra o inimigo. Como intuía hai dous séculos Clausewitz, a guerra non é senón a continuación da política por outros medios; ou mellor, como o correxiran Foucault e Deleuze/Guattari, a política non é senón a continuación da guerra por outros medios.

Ainda e contodo, non cabe minusvalorar a relevancia da excepcionalidade que subxaz à dinámica de criminalización do “*contorno*” iniciada hai dez anos, que se plasma fundamentalmente na definitiva desmaterialización do concepto de terrorismo, o cal impede calquer fundamento garantista para a aplicación de normas penais que, pola extraordinaria severidade das súas penas, merecerían outro grao de aproximación interpretativa.

Non obstante, no caso *Gestoras-Askatasuna* concorre algun outro elemento preocupante. A actividade que neste momento está a perseguir-se como propia dunha organización terrorista é a de solidariedade con reclus*s, represaliad*s e exiliad*s do independentismo vasco. E, ben mirado, a criminalización desas actividades debería xerar mais alarma que a dunha organización política en sentido estrito. Cando menos tres elementos apuntan neste sentido.

TRÉS RAZÓNS PARA A ALARMA

En primeiro lugar, o que esa criminalización supón -e así consta nos autos do Xulgado Central de Instrucción nº 5 da AN- é a consideración de que a condición de terrorista dun suxeito perpetua-se, mesmo muito mais alá do momento de entrada en prisión. Só deste xeito pode entender-se que cooperar pola defensa dos dereitos d*s presos, e xerar solidariedade con *s mesm*s, poda ser entendido como propio da organización terrorista.

E esa premisa resulta sumamente preocupante. Por unha banda, na medida en que nengun infractor é nada, senón que *fai, realiza* un determinado comportamento. Este

é un dos postulados básicos do sistema penal do Estado democrático de Dereito: ninguén responde penalmente polo que *é*, senón polo que *fai*; non se xulgan condicións humanas, senón comportamentos responsábeis. Por outra banda, aínda que os estigmas como terrorista, maltratador, etc., pudesen ser aceptábeis, en nengun caso o serían tras o momento de entrada en prisión. Nese momento, o delito, aquel conflito que enfrentou Estado e infractor, queda na porta, e o que entra é o ser humano, a respecto do cal a Administración está comprometida -*ex art. 25.2 CE*- a ofrecer-lle as condicións para que tais feitos non volten a repetir-se no futuro. Se ben o sistema penitenciario establece diversos mecanismos que permiten ter en conta no mundo prisional o delito previamente cometido -no caso do terrorismo, entre outros, a clasificación en primeiro grao da ampla maioría d*s reclus*s-, cuestión distinta é que se entenda que n* reclus* pervive de xeito tendencialmente perpetuo a condición de “terrorista”. Ese plantexamento é unha concesión populista à imaxinería máis simple, que opera con os paradigmas da maldade intrínseca -e crónica- d* infractor/a, e da vinganza. A idea d* reclus* que continua dirixindo a organización armada de carácter político desde a prisión, como nos ensina toda a historiografía especializada, é ridícula. O que pervive é, en cámbio, o ser humano que, confrontado con a maior violencia formalizada que un Estado europeo occidental pode producir -a prisión materialmente perpétua que contempla a nosa lexislación- precisa manter os vínculos emocionais, cognitivos e, no seu caso, axiolóxicos, para poder subsistir. En suma, a lóxica subxacente à criminalización do suxeito que se solidariza con * reclus* condenad* por terrorismo é a da aniquilación d* -perpetuamente- inimig*, non a do tratamento d* cidadán/á privad* de liberdade.

En segundo lugar, deste xeito, perseguindo esa solidariedade, está-se a introducir a criminalización xa non nun ámbito político -en sentido estrito- senón extrapolítico, ou mesmo prepolítico. O que se persegue non é máis que a solidariedade organizada, e nese concepto integranse tamén persoas que están vinculadas con * reclus*s por lazos de amizade ou familiares. A mensaxe non pode ser máis clara: organizar a solidariedade con determinad*s reclus*s, mesmo que sexa por razóns afectivas, pode supor compartir o estigma des*s pres*s, o que implica, no caso da petición fiscal do sumario *Gestoras-Askatasuna*, 10 anos de prisión. De novo, na lóxica da excepcionalidade e da luta contra * inimig*, o Estado abandona calquer resaibo da súa funcionalidade penal moderna, na medida en que perde a posición arbitral, de terceiro tendencialmente imparcial, que no sistema penal se lle ten asignado. Nun tempo no

que se consagra progresivamente a asistencia e o respecto permanente às vítimas, para determinad*s infractor*s esíxe-se a incolumidade da súa condición de non-persoas, que arriscan ser privadas mesmo da solidariedade máis íntima.

En terceiro lugar, a persecución da solidariedade non resulta só preocupante desde a perspectiva da humana comprensión da mesma, senón do que supón en chave de relación Estado-sociedade e desde o punto de vista do Estado de Dereito. Por unha banda, unha Administración que abandona progresivamente a función de asistencia a*s reclus*s que todo tratamento penitenciario debería comportar, e que endurece as condicións da execución carceraria, ha de permitir que a comunidade política autoorganice esas prestacións marxinalizadas. Non en van, boa parte das expectativas de éxito do tratamento prisional derivan de que a persoa reclusa manteña vínculos con o exterior, en aras de paliar a inevitábel desocialización. Sen embargo, na etapa de transición presente máis alá da Modernidade, o Estado mantén celoso a exclusividade da súa función penitenciaria, apesar de que a desatenda. Finalmente, a luta contra * inimig* sempre foi tarefa do núcleo máis duro do poder soberano.

Por outra banda, o momento da execución penitenciaria continua a ser unha etapa sobre a que se proxectan os dereitos constitucionalizados de defensa, por muito que nesa fase o noso sistema penal os teña mantido sempre devaliados. Neste plano emerxe outro elemento de preocupación que deriva do sumario *Gestoras-Askatasuna*, toda vez que nel están encausad*s como membros dunha organización terrorista advogad*s, que son *s habilitad*s para facer efectivos eses dereitos de defensa. As medidas xudiciais tomadas neste caso contra os despachos e materiais profesionais d*s avogad*s non son senón a última expresión dunha dinámica inveterada: os supostos de terrorismo deven ver profundamente devaliadas as garantías de defensa. Unha vez máis, o Estado de Dereito é sacrificado en aras da razón de Estado (da luta contra * inimig*).

A historia contemporánea do Estado español é sumamente sincopada, e carente de etapas que si se viveron noutros territorios. Polo que fai ao sistema penal, iso implica estrañas continuidades con dinámicas propias do período autocrático. Esa ausencia de discontinuidade mostra-se do xeito máis evidente na excepcionalidade penal ante o terrorismo, sobretudo desde 1998. Se cadra nalgún momento despertaremos colectivamente da ilusión do simulacro e, como Cossiga, só poderemos dicir cínicamente que aquelas leis non estaban pensadas para ser aplicadas.

Casos especialmente reveladores de que hoxe o simulacro é a única realidade subsistente:

- Mitxel Sarasketa: estivo 21 anos en prisión e, tras a súa excarceración, participou en conferencias, no ámbito estatal e internacional, explicando as súas vivencias, o impacto da política penitenciaria, as condicións de vida carceraria, etc. É acusado de dirixir a comisión de “ex-pres*s” de *Gestoras*; alén de que tal comité non existe, resulta sumamente preocupante que a pertenza à organización terrorista se basee en que persoas que pasaron longas etapas en prisión se reúnan e coordinen para artellar solucións a problemas comúns.
- Jorge Arredondo: está acusado de pertencer ao entramado económico-financiero da asociación. A acusación basea-se expresamente en que se ocupava de conducir un camiión, levando as *txoznas* –casetas de fèria para vender bebidas en festas- e un autobús, e transportando familiares de pres*s a realizar as visitas.
- Ixone Urzelai: só traballou na organización de familiares de pres*s, axudando a coordinar as necesidades de nais, pais, fillos, fillas de pres*s. Neste caso a acusación sustenta-se na mera condición de familiar de pres*, e na cooperación na organización doutr*s familiares.
- Julen Arzuaga: advogado, respecto do cal a acusación se sustenta en: a) dar apoio legal en terceiros países a “refuxiad*s”, cidadáns e cidadás vasc*s que se enfrontaban a procesos de extradición–isto é, actuar perante tribunais de EEUU, Portugal, Bélxica, Holanda, Alemaña, Reino Unido, Suiza...-; b) participar en conferencias internacionais de solidariedade con pres*s vasc*s; c) crear un “corpo diplomático vasco perante a ONU”.

BREVES

COMPOSTELA: XORNADAS E ASEMBLEA DA CESPP

Entre os días 1-3 de Maio, no local da Casa Encantada e con a participación de persoas e organizacións de todo o Estado español, celebraron-se en Compostela as XIV Xornadas de Formación e Luita e a Asemblea da Coordinadora Estatal de Solidariedade con as Persoas Presas.

O tema central de análise foron os dereitos sociais das persoas presas. Analisou-se o traballo na cadea dos presos e presas e propuxeron-se actividades reivindicativas e formativas relacionadas con esta situación.

O día 1º de Maio, às 12 da mañá, tivo lugar unha concentración na Praza de Cervantes cuxo obxectivo era protestar polo esquecemento do sindicalismo oficial das relacións laborais e produtivas das persoas que traballan nos talleres das prisións e pola acollida de funcionarios penitenciarios nas organizacións sindicais de clase.

No decurso da tarde dese mesmo día realizáronse actividades formativas que comezaron con unha mesa redonda en torno ao tema “Traballo+Cárcere=Escravidade”, en que tomaron a palabra, en sintonía con a filosofía dos colectivos participantes, presos que traballan no interior do cárcere para facer unha análise da situación moi achegada à realidade.

A mañá do día 2 estivo dedicada ao estudo da relación laboral e produtiva dentro dos talleres penitenciarios, con especial atención à dobre plusvalía que produz o traballo das persoas presas, as condicións laborais, os salários fora de convenio por baixo do Salário Mínimo Interprofesional e as accións de defensa dos dereitos sociais destes

traballadores e traballadoras, tanto xurisdicionais como colectivos.

Pola tarde, o traballo formativo centrou-se no Dereito de Seguraza Social e as prestacións sanitarias, con especial atención aos accidentes laborais e às prestacións contributivas e non contributivas.

O día tres rematou con a Asemblea da Coordinadora en que se preparou o traballo anual dos diferentes colectivos.

Pola noite, os tres días que duraron as Xornadas, celebraron-se concertos no Centro Antisocial CAOS.

LÍNGUA E XUSTIZA

DIREITO A UN XUÍZO CON TODAS AS GARANTIAS

O pasado 3 de Maio, Bruno Lopez Teixeira recibiu Notificación do Tribunal de Primeira Instancia nº 1 de Compostela dando por válida a demanda por calúnias graves que presentara, en representación de NÓS-Unidade Popular, contra a Unión Federal de Guardias Civiles. O Tribunal compostelano rectifica así a Providencia de 30 de Xaneiro de 2008 en que instava Lopez Teixeira a traducir para español ou galego o texto da súa demanda, texto que –paradoxalmente- xa fora presentado nesta última lingua, “na súa forma histórico-etimológica, tamén conhecida polo nome de ‘reintegracionista”.

Bruno Lopea Teixeira recorreu a Providencia o 15 de Xaneiro, alegando “como infringido o art. 24 da Constituición, que recolle o dereito à tutela judicial efectiva sem indefensom” e argumentando que

O uso do galego reintegracionista nos escritos processuais foi expresamente admitido por varias resolucions judiciais, manifestando-se na sentenza da Seccom Primeira da Sala do Contencioso-Administrativo do Tribunal Superior de Justicia da Galiza de 25 de Novembro de 1998 (recurso nº 1112/1995), ainda que vai redigida em castelbano, o seguinte “... no resulta función de la Sala la valoración ortográfica de los escritos procesales, con tal que su comprensión resultare factible”

“Assim, a Sala do Contencioso-Administrativo do Tribunal Superior de Justicia da Galiza ditou, a 19 de Marzo de 1987, unha sentenza em galego reintegracionista (recurso nº 1230/1984), de que se anexa cópia. Portanto, se o máximo órgano jurisdiccional no nosso país redige resolucions em galego reintegracionista, o nosso escrito tem que ser também admitido, sendo, como é, perfeitamente legível sem necessidade de tradución.

Finalmente, o próprio tribunal deu por válida a demanda contra a Unión Federal de Guardias Civiles e convocou ambas as entidades para o dia 29 de Maio de 2008.

MAIS DO MESMO

O pasado 24 de Abril, a Audiencia Nacional (AN) estimou o recurso de apelación interposto contra a sentenza do Xulgado Central do Penal que condenara Jaume R. C. e D. Enric S. T. por un delito contra a Coroa, anulando-a e retrotraendo as actuacións ao momento do xuízo oral.

No seu recurso, a defensa alegara infracción de dereitos fundamentais que provocara indefensión e vulnerara o dereito a un proceso con todas as garantías, extremos que agora admite a AN.

...a decisión do xulgador supuxo unha infracción do dereito a un proceso xusto con interdición da indefensión ao ter-se negado aos acusados o dereito a se defenderen na súa lingua materna, veren-se sancionados como se non tivesen declarado e impedir-se-lles o seu dereito à última palabra. Porque a opción de declarar na súa lingua materna corresponde de maneira exclusiva ao acusado en exercicio do seu dereito público subxectivo à autodefensa ou defensa persoal, dereito personalísimo recollido no art. 24.2 da Constituición. (1º.- Fundamentos Xurídicos)

Producin-se unha vulneración das garantías específicas do dereito de defensa –ao non autorizar o xulgador a intervención de intérprete e impedir ou limitar o exercicio da última palabra- que deve repararse mediante a declaración de nulidade da sentenza recorrida, retrotraíndo as actuacións ao momento do xuízo oral, este incluído. (2º.- Consecuencias)

Jaume R. C. y a D. Enric S. T., estaban acusados

de queimar unha fotografía de Juan Carlos e Sofia de Borbón no curso dunha concentración precedida por unha manifestación encabezada por unha faixa en que se lia: “300 anos de borbóns, 300 anos combatendo a ocupación española”. Os imputados, despois de colocaren a citada fotografía boca abaixo terian deitado sobre ela líquido inflamável para despois lle prender lume.

RELATÓRIO SOBRE VÍDEO-VIXILANCIA

O pasado mes de Maio, o Movemento polos Dereitos Civís (MpDC) remeteu ao Parlamento Galego o seu relatório *Indefensión e violación do artigo 18 da Constitución: Dereito á Honra, a Intimidade e a Propia Imaxe*, sobre a situación da vídeo-vixilancia na Galiza. O MpDC entende que a cámara galega deve actuar, dentro das súas competencias, para corrixir as numerosas situacións de ilegalidade que existen e a sistemática impunidade de que gozan as Administracións que incumpren a lexislación referida à gravación e fotografado das persoas.

Despois de lembrar que a normativa que regula esta materia resulta insuficiente para resolver os problemas xerados pola actual profusión de dispositivos de captación, tratamento e almacenamento de información e discutir os argumentos securitários con que a Administración encargada de velar polo cumprimento da lei xustifica a súa atitude permisiva, o MpDC lembra que noutros lugares toman-se medidas mais estritas (Andalucía) ou mesmo se reconece que a vídeo-vixilancia xeneralizada non resolve os problemas de seguraza cidadá (Inglaterra).

Fronte a isto cabe destacar a actuación da Delegación do Goberno en Andalucía, así como da Comisión de Garantías do Tribunal Superior de Xustiza desa Autonomía. Nos últimos meses, estes dous organismos denegaron sistematicamente a concesión de autorizacións para a instalación de videocámaras aos municipios de Granada e Puerto Banús, por considerar que o seu alto grao de intromisión na privacidade das persoas non se adecúa aos fins buscados e entender que a seguridade cidadá non pasa por un rexistro constante da súa actividade no espazo público, nin estas cidades se atopan nunha situación tan extrema de conflitividade como para necesitar da criminalización xeralizada de todos os seus cidadáns. (...)

Neste senso, tamén vale destacar o caso do Reino Unido. As intencións das autoridades de crear unha rede estatal de videovixilancia resultaron un “fracaso total”, segundo afirmou o propio xefe da sección de videovixilancia da Policía Metropolitana de Londres, Mike Neville. Este complexo sistema de control cidadá, no que se inverteron millóns de euros, no axudou a reducir a criminalidade nin

a resolver os delitos, posto que o “efecto disuasorio” que se buscaba resultou inoperativo.”

CÁMARAS ILEGAIS

Unha das situacións que o MpDC denuncia con maior énfase –pola infracción legal que comporta e pola súa xeneralización- é a práctica de instalar dispositivos de vídeovixilância sen a preceptiva autorización da Delegación do Goberno nen o informe favorábel da Comisión de Garantías, salientando que despois, cando estes Concellos –urxidos polas denuncias- solicitan a legalización das cámaras (Coruña, Compostela, Ares...), a Delegación non duvida en atender as súas demandas, convertendo-se deste modo en cómplice dun acto nulo de pleno dereito.

Crítica tamén o MpDC que se den por válidos os argumentos de concellos que escusan a súa actuación ilegal afirmando que os dispositivos non recollen imaxes e exercen apenas “función disuasoria” (Ares, Ogrove, Coruña ou Ribeira). Resposta difusa mais suficiente na maior parte dos casos para fechar os expedientes sen necesidade de as entidades locais presentaren probas que confirmen as súas afirmacións nen se realizar comprobación algunha desa suposta inoperatividade dos dispositivos.

Por outra parte, nas autorizacións outorgadas non se valoran, apesar do que di a lei, a idoneidade e a proporcionalidade dos dispositivos en relación con o obxectivo que se declara perseguir, nen os fins para os que se solicita a instalación, algúns tan peregrinos como evitar que nas ruas podan dormir persoas (Lugo) ou controlar o servizo da ORA (Vigo).

E aínda hai máis. A permisividade da Delegación do Goberno en Galiza leva a que se instalen dispositivos en lugares de especial sensibilidade por afectar a menores: o CEIP Mar de Fora de Fisterra, o Colexio Rosalía de Castro de Ogrove e o CEIP San Xosé Obreiro de Meicende, en Arteixo, dispoñen de cámaras sen control sobre as imaxes captadas. O Concello de Lugo mostrou interese en instalar cámaras para vixiar parques infantís.

OUTROS DISPOSITIVOS

As gravacións de cámaras de tráfico, que non precisan autorización da Delegación do Goberno, son utilizadas moitas veces con fins diferentes a aqueles para os que se instalaron. Así, en Ribeira, unha gravación en

que se vian dúas persoas pelexando foi facilitada aos medios de comunicación, en Compostela as cámaras de tráfico serviron para vixiar unha concentración sindical na praza de Galiza e na Coruña para controlar os funcionarios que estaban acampados nun acto de protesta.

A estas cámaras fixas hai que sumar novos sistemas de rexisto como as cámaras dixitais ou os teléfonos celulares, empregados nos últimos tempos por axentes da Policía tanto para identificar suxeitos como para “prevenir” posibles denuncias por abuso de forza.

“En maio de 2006, Dereitos Civís denunciou que a Policía Local de Vigo tomara imaxes fotográficas dun grupo de cidadáns que protestaban diante do Concello ao negárselle o acceso a un Pleno. Meses despois, o concelleiro delegado de Seguridade declaraba que os axentes realizaron unha toma fotográfica sen carrete, só para crear medo a seren identificados aos manifestantes máis molestos coa actuación policial. Segundo a Lei Orgánica 4/1997, que regula a captación de imaxes en lugares públicos, establécese que esta autorización previa das Forzas e Corpos de Seguridade do Estado corresponde á máxima autoridade provincial, neste caso o Subdelegado do Goberno en Pontevedra. Ademais, a captación das mesmas debe rexerse polo principio de idoneidade e tamén de intervención mínima, valorando que sexa a mellor opción para os fins propostos. A contradición chega cando se descubre que as cámaras son dixitais e polo tanto non precisan carrete fotográfico para recoller imaxes. Unha situación semellante deuse en Xinzo Limia durante unha manifestación. Daquela, un Garda Civil tomara fotos coa cámara do seu móbil aos participantes, aínda que, unha vez comprobada a ilegalidade da súa acción, mentiu na investigación que se realizou a posteriori e asegurou que só empregaba o móbil para anotar o número de participantes, a pesar dos testemuños que o viron rexistrando imaxes e mesmo lle indicaron que deixara de facelo.

BLINDAXE PENAL DA BANDEIRA ESPAÑOLA⁴

Con a polémica sobre inxurias à coroa aínda viva, a condena a 31 meses de prisión a Frances Argemí, o xoven independentista catalán que retirou unha bandeira española en Terrassa, reabriu o debate sobre a protección das institucións e símbolos do Estado, mais en concreto sobre o celo con que o poder político blindou a bandeira española.

En primeiro lugar, mediante o que o británico Michael Billing chamou o “nacionalismo banal”. Este tipo de nacionalismo, poucas veces admitido por quen o exerce,

4 Do artigo de Gerardo Pisarello (profesor de Dereito Constitucional da Universidade de Barcelona) e Jaume Asens (membro da Comisión de Defensa do Colexio de Advogados de Barcelona), “A blindaxe penal da beandeira española: notas sobre un despropósito”, Sin Permiso, 18.05.2008.

opera através de mecanismos cotidianos como a presenza dos símbolos do Estado en edificios oficiais, moedas, competicións deportivas ou sinxelamente no vocabulario asumido acriticamente por medios de comunicación, políticos e personaxes públicas, entre outros.

En segundo lugar, polo propio aparato coactivo estatal. Segundo a lei de bandeiras de 1981, a insignia española é signo de “unidade e integridade da pátria”. A preservación destes valores é a finalidade que a Constitución española encomenda ao exército no seu artigo 8, un preceito sen equivalente no ámbito europeo que reproduz case sen modificacións o artigo 38 da Lei Orgánica do Estado franquista. Tamén son estes os bens xurídicos que protexe o delito de ultraxe à bandeira. Non por acaso, este tipo penal está sintomaticamente situado xunto con o de “ofensas a España” e as suas orixes poden ser rastexadas na Lei de Seguranza do Estado franquista, de 1941.

A APLICACIÓN DA NORMA

Esta normativa foi profusamente utilizada para perseguir os chamados actos de *traición espiritual* à Nación española, como as proclamas de “vivas” e “morras”, as primeiras, xeralmente referidas a Euskadi, Cataluña ou Galiza, e as segundas, a España. En teoría, tamén as bandeiras autonómicas gozan, na actualidade, de protección xurídica. Na práctica, os únicos agravos perseguidos, apresentados como desordes públicas e sancionados de maneira exemplar, son os relacionados con a bandeira española bicolor. Toda a xurisprudencia do delito fai referencia a ultraxes à nación española ou ao sentimento da sua unidade indivisível. En troca, os grupos de extrema dereita que ultraxan símbolos cataláns ou vascos, amiúde de forma disruptiva, rara vez teñen problemas con a xustiza.

E o mesmo acontece con o republicanismo, tamén considerado polo sistema constitucional español un ideário político lexítimo. Apesar diso, o Ministerio Fiscal solicitou recentemente unha severa pena de prisión para o activista madrileño Jaume d’Urgell, quen, nun acto simbólico de “restitución democrática” substituiu nun edificio público a bandeira *rojigualda* por unha tricolor. Hai pouco tamén, a Guarda civil irrompeu nun local de Esquerda Unida en Medina Sidonia (Cádiz) para incautar unha bandeira republicana pola sua suposta “inconstitucionalidade”. Todo isto encanto a bandeira franquista –a que leva o escudo con a águia de San Xoán incluída- ondea sen maior problema en manifestacións da Igrexa ou a dereita política, así como na fachada de locais rexentados por nostálgicos da ditadura.

INCITACIÓN À VIOLÊNCIA OU LIBERDADE DE EXPRESIÓN?

En 1989 o Tribunal Supremo dos Estados Unidos considerou, no caso *Johnson v. Texas*, que a queima da bandeira por razóns políticas debía entender-se como un exercicio simbólico de liberdade de expresión e non como un acto de incitación à violència. Até o mui conservador xuíz Antoni Scalia subscreveu o fallo, que o xuíz William Brennan motivou con un argumento decisivo: as críticas à bandeira, incluída a sua queima, devían admitir-se precisamente porque a bandeira dos Estados Unidos pretende, ante todo, ser un símbolo de liberdade. Desde entón, os sectores conservadores tentaron de maneira infrutuosa impulsar unha reforma constitucional na Primeira Emenda que desactivase este precedente. Cando se compara esta realidade con a española as interrogantes son inevitáveis: que simboliza unha bandeira que precisa dotar-se dunha couraza institucional e penal tan desmesurada? Que é o que torna tan grave, como cantava George Brassens, o pecado de non “seguir o abandeirado”?

BLASFÉMIA E LIBERDADE DE EXPRESIÓN

Ao tempo que no Reino de España está pendente de celebrar-se a vista oral contra un xoven imputado por un delito contra os sentimentos relixiosos –ao que a Fiscalía pede unha multa de 1.260 euros en aplicación do Art. 524 do Código Penal por ter supostamente blasfemado e insultado a figura de cristo durante a procisión da Quinta-Feira Santa en Manacor hai agora catro anos-, a asociación Article19 facia pública a sua satisfacción por a Cámara dos Lores británica ter tomado a decisión, o pasado 5 de Marzo, de abolir a lexislación contra a blasfémia, “que, embora en desuso desde hai muito tempo, obscurecia o dereito a libre expresión no Reino Unido”.

“Ainda que a lexislación contra a blasfémia se aplica raramente nas democracias modernas, noutros países cada día se reforza mais. A existencia de leis deste tipo en estados como o Reino Unido xustifica neses países o uso da lexislación contra a blasfémia para reprimir o dereito à liberdade de expresión. Article19 considera que a criminalización da blasfémia non está xustificada en nengun caso, mais o feito de a lei inglesa agora abolida protexer unicamente a Igrexa Anglicana e non outras relixións tornava-a particularmente contrária aos principios democráticos. É preciso portanto aplaudir a decisión da Cámara dos Lores “, concluí o comunicado de prensa.

DEFENDER OS DD.HH. NO ESTADO ESPAÑOL

A Coordinadora para a Prevención da Tortura apresentou o pasado 9 de Maio na sede do Institut de Drets Humans de Catalunya o Relatório “Descalificación, obstrución e criminalización de organismos sociais e profesionais que denuncian tortura no Estado español”.

O documento trata dunha realidade pouco coñecida: as dificultades e riscos do desenvolvemento do labor de defensor/a de dereitos humanos. O seu obxectivo é dar visibilidade ao feito de no Estado español se rexistaren numerosos casos en que se descalifica, obstruí e mesmo criminaliza o labor de persoas que, de forma voluntaria ou profesional, traballan na defensa de dereitos humanos.

O traballo divide-se en dúas partes. Na primeira descreven-se os instrumentos das Nacións Unidas destinados a promover a defensa de dereitos humanos. Na segunda expoñen-se 24 exemplos de criminalización de persoas e organizacións que traballan na denuncia de maus tratos e torturas e estrutura-se en catro apartados:

- Insultos, ameazas e descalificacións,
- Obstaculización da actividade de organismos sociais e profesionais (agresións, prohibicións, custos económicos),
- Querelas penais,
- Acusacións de terrorismo.

Entre os casos denunciados no Relatório, figuran as dúas multas impostas aos convocantes da concentración do 12 de Outubro de 2006, diante do Cuartel da Guarda Civil de Arteixo, en lembranza da morte de Diego Viñas e a querela presentada contra Fran del Buey, Presidente de PreSOS Galiza, por axentes da Policía Local de Compostela que o acusan de denuncia falsa a raíz dos feitos acontecidos en Decembro de 2004 (daquela Fran del Buey denunciara-os por ameazas proferidas cando el tentou impedir a actuación violenta dos axentes contra un cidadán).

O Relatório foi enviado a diferentes persoas e organismos internacionais encargados de velar polo cumprimento dos compromisos adquiridos polos estados na defensa dos Dereitos Humanos e Convénios Internacionais por eles suscritos, entre eles:

- a Sra. Hina Jilani (Paquistán), representante Especial do Secretário Xeral sobre a situación dos defensores dos dereitos humanos, que expresamente solicitou da sociedade civil española información sobre a situación das/os defensores de dereitos humanos e as medidas tomadas no ámbito do estado para a implementación da Declaración,
- o Sr. Martin Scheinin. Relator Especial da ONU sobre

a promoción e a protección dos dereitos humanos e as liberdades fundamentais na luta contra o terrorismo, que estivo no mes de Maio en misión oficial no Estado español,

- o Comité de Dereitos Humanos das Nacións Unidas, que o próximo mes de Outubro de 2008, na 94ª sesión, examinará o relatório do Estado español,
- o Comité Europeo para a Prevención da Tortura e o Comité Contra la Tortura das NN.UU.

RELATÓRIO 2007

Por outra parte, e por cuarto ano consecutivo, a Coordinadora para a Prevención da Tortura (CPT) apresentou o pasado día 31 de Maio, esta vez en Bilbo, o seu relatório *A Tortura no Estado Español*.

Como en anteriores ocasións, a CPT recolle no seu estudo as denuncias que se axustan à definición da Convención da ONU e ordena-as seguindo os mesmos criterios que en Relatórios precedentes para facilitar o seguimento da evolución desta práctica ilegal no Estado Español. En total, a relatório recolle 319 novos casos con 689 persoas afectadas.

Asi mesmo describe-se a situación daquelas causas xudiciais, iniciadas en anos anteriores, en que se produciron importantes modificacións procesuais: 272 casos que afectan 393 persoas.

A CPT salienta que o número real de casos de maus tratos/tortura é superior ao que reflexa o estudo. E isto por varias razóns.

En primeiro lugar, porque se presentan muitas denuncias das que a CPT non ten coñecimento ou ten-no tardiamente. De feito, o Relatório do ano 2004 recollía un total de 755 denuncias e hoxe a CPT ten constancia dun número notavelmente superior: 917. E o mesmo acontece nos anos sucesivos.

En segundo lugar, porque hai denuncias de que a CPT si ten coñecimento (con un total de 341 persoas afectadas) mais non se inclúen ben por petición expresa da persoa agredida, ben porque a información recibida foi insuficiente ou non estaba devidamente contrastada-

En terceiro lugar, porque muitos casos de tortura e/ou agresións non se denuncian.

“Constatamos que esta situación de non denunciar as agresións sufridas, que até agora era habitual en migrantes sen documentos e en persoas presas, aumenta en persoas que son agredidas por participar en mobilizacións sociais.”, afirma-se.

Galiza, con 16 denuncias (e 41 persoas afectadas)

situa-se no sexto lugar (despois de Catalunya, Madrid, Andalucía, Euskadi e o País Valenciá). No entanto esta distribución pode resultar pouco esclarecedora para coñecer a incidencia real da práctica da tortura nas diferentes comunidades porque, se se atende ao número de habitantes, os resultados varían. Galiza, con 2.772.533 habitantes ten unha incidencia de 1.48, fronte a comunidades como Melilla que, con 69.440 habitantes e un total de 5 denuncias ten unha incidencia de 7.20.

COMUNICACIÓNS CONTROLADAS⁵

A Asociación de Internautas (AI) e outros colectivos veñen denunciando desde hai tres anos que o Estado espía as nosas comunicacións sen a cobertura legal necesaria e sen control xudicial previo que determine o alcance e límites desa vixilancia para evitar que resulten afectados dereitos fundamentais.

PASO A PASO

No ano 2005 a AI impugnou perante o Tribunal Supremo o “Regulamento sobre as condicións para a prestación de servizos de comunicacións electrónicas, o servizo universal e a protección dos usuarios”, promulgado en Abril dese ano e que dava cobertura xurídica ao sistema integrado de interceptación das comunicacións coñecido como SITEL. Entendía a AI que a normativa non tiña rango legal ao non contar con o apoio parlamentar que esixe a Constitución Española (CE) (art. 55.3 e 81) para regular a limitación de dereitos fundamentais tais como o segredo das comunicacións, a protección de datos persoais ou a intimidade das persoas.

Antes de haber fallo, o Goberno aprobou a “Lei de conservación de datos relativos ás comunicacións electrónicas e ás redes públicas de comunicacións” (25/2007), que incluí unha Disposición final en que se dá nova redacción ao art. 33 da Lei Xeral de Telecomunicacións” (32/2003), de maneira que o contido denunciado do Regulamento pasava así a ter rango legal e, precisamente, nos aspectos denunciados en 2005.

No entanto, denuncia AI, a nova Lei foi aprobada tamén sen contar con a maioría parlamentar que esixe a CE para a restrición de dereitos fundamentais pois, para

simplificar a súa aprobación, o goberno tomou polo atallo: lei si mais “ordinaria” (que requir maioría simple), non “orgánica” (que requir maioría absoluta do Congreso, en votación final sobre o conxunto do proxecto). Esta Lei ten portanto os mesmos defectos que o anterior Regulamento: falta de rango legal esixido pola CE e restrición de dereitos fundamentais sen control xudicial previo.

Finalmente o Tribunal Supremo resolveu o Recurso en Febreiro deste ano, centrando a cuestión en que o Regulamento denunciado perdera valor (e defectos) ao se aprobar a nova Lei e afirmando que, ao analizá-la, podía constatar-se que desenvolvía meramente aspectos técnicos, acesorios ou instrumentais das interceptacións prevendo, ademais, a intervención xudicial previa para controlar o alcance das comunicacións interceptadas. Opinión que non comparte o Maxistrado Oscar González González, que emitiu un voto particular en contra da Resolución.

ÚLTIMO CAPÍTULO

Tampouco convence à AI esta Resolución. A Asociación de Internautas insiste en que a Lei permite aos “axentes facultados” para realizar legalmente as “escutas” ignoraren o dereito fundamental à protección de datos persoais por canto estes axentes poden obrigar os prestadores de servizos da Sociedade da Información a lles facilitaren toda a información que queiran relativa aos “servizos e características do sistema de telecomunicación que utilizan os suxeitos obxecto da medida de interceptación. E poden tamén obrigá-los a proporcionaren, se obran no seu poder, os correspondentes nomes dos abonados con os seus números de documentos de identidade, cartón de residencia ou pasaporte, no caso de persoas físicas, ou denominación e código de identificación fiscal no caso de persoas xurídicas”. E todo iso sen intervención do xuíz.

Así as cousas, o pasado 26 de Marzo a AI apresentou Recurso de Amparo perante o Tribunal Constitucional pola indefensión que provoca o feito de o Tribunal Supremo ter convertido en obxecto de procedemento a nova Lei 25/2007, porque considera vulnerado o sistema de competencias (xa que o Tribunal Supremo entra a coñecer e valorar a constitucionalidade da nova norma) e, en particular, porque entende que con iso non foron axuizados os aspectos máis nocivos (inconstitucionais) da interceptación das comunicacións privadas que puxo en marcha o Goberno.

5 Do artigo “Contra a interceptación das comunicacións privadas sen control xudicial”, publicado pola Asociación de Internautas (www.internautas.org).

Confía a AI que o Tribunal Constitucional determine que efectivamente as materias afectadas deberían estar reguladas por unha Lei Orgánica, que afectan ao desenvolvemento e restrición dos dereitos fundamentais do Art. 18 da CE e que conclua consecuentemente con a declaración de inconstitucionalidade dos preceitos impugnados.

TURISMO DE DIFAMACIÓN

Que facer cando se quer silenciar unha persoa e as leis sobre difamación son pouco estritas? Ir onde as leis sexan favorábeis ao demandante. Ao Reino Unido, por exemplo, “capital mundial da difamación”.

Foi o que fixo Sheik Khalid bin Mahfouz, un rico empresáriu saudí a quen Rachel Ehrenfeld acusara de financiar grupos terroristas no seu libro *Financiando o Mal*. Bin Mahfouz levou o caso ao Reino Unido (onde só vendera unha presa de exemplares) e gañou. A autora foi obrigada a pedir desculpa, destruír os exemplares restantes e indenizar o demandante, que tiña experiencia sobrada nestas lides pois xa fixera o mesmo outras dúas dúcias de veces e sabía que no seu país (os EUA), a autora estaría protexida pola Primeira Emenda. Agora a Cambridge University Press acaba de destruír o libro *Alms for Jihad: Charity and Terrorism in the Islamic World* (Esmolas para a jihad: caridade e terrorismo no mundo islámico), pola ameaza de demanda do propio bin Mahfouz.

Xa en 1996 o multimilionáriu Boris Berezovsky demandara en Londres a revista Forbes, con sede en Nova York, por un artigo intitulado “Godfather of the Kremlin” (“O padriño do Kremlin) aínda que no Reino Unido vende un número reducido de exemplares.

A raíz do caso Ehrenfeld, o estado de Nova York aprobou o pasado mes de Abril a Lei de Turismo da Difamación e o Terrorismo, que estipula que os veredictos por difamación no estranxeiro non teñen efectos legais neste estado a menos que a lei estranxeira ofereza a mesma protección à liberdade de palabra que garantizan a constitución estado-unidense e a de Nova York.

PRISIÓN ETERNA

No mes de Abril demos noticia na nosa páxina (www.esulca.net) da entrada en vigor en Franza, o 26 de Febreiro, da Lei 2008-174 que instaura a chamada “retención de seguranza”, normativa que permite reter, despois de teren cumprido a pena de prisión a que no seu día foran condenadas, as persoas que se consideran de “particular perigosidade”.

Dito sinteticamente, esta medida será aplicada a persoas condenadas a penas de 15 anos ou máis de cadea por determinados delitos moi graves. Unha vez extinguida a pena, e a seguir un exame realizado por profesionais sanitarios, os organismos responsábeis poderán acordar unha retención en centros chamados “sócio-sanitarios”, e esta retención poderá ser prolongada indefinidamente por períodos de un ano no caso de se deducir do exame médico que a persoa penada é perigosa ou que presenta elevado risco de reincidencia.

UNHA LEI ILEGAL

En primeiro lugar, é evidente que a presunción de inocencia consagrada na Constitución da V República e nos textos internacionais de Dereitos Humanos é eliminada a favor da presunción de culpabilidade.

En segundo lugar, ao ser de aplicación retroactiva, esta lei vulnera o artigo 15 do Pacto Internacional de Dereitos Civís e Políticos e o artigo 7 do Convénio Europeo de Dereitos Humanos, onde se afirma que ninguén debe ser condenado a unha pena maior que a aplicábel no momento da comisión do delito (principio de non retroactividade da sanción penal), así como o propio Código Penal francés, que establece a prohibición de submeter a unha nova lei as persoas que xa foron xulgadas. Isto explica que moitos membros do Parlamento, algúns mesmo da maioría governamental de dereitas, consideren inconstitucional a norma.

En terceiro lugar, a lei basea-se en conceptos xurídicos indeterminados –como perigosidade ou risco de reincidencia, que non se definen taxativamente no texto- ao tempo que mostra unha grave confusión entre perigosidade e doenza mental (a prórroga de privación de liberdade vai ser acordada polo xuíz despois dun ditame psiquiátrico).

En cuarto lugar, apesar do que afirma o goberno francés, trata-se dunha institución sen equivalente no noso contorno xurídico penal. Alí onde se establece este tipo de retención (por exemplo nos Países Baixos e Bélxica) esta non complementa a pena de cárcere senón que a substituí.

En quinto lugar, o goberno francés argumenta falazmente cando afirma que a retención de seguranza non implica impor un novo castigo senón que guarda relación con institucións cautelares como a detención preventiva. O argumento é falaz na medida en que a consecuencia desta lei será privar de liberdade por períodos prolongados e indefinidos, nunha forma de confinamento similar à das persoas presas, individuos que xa foron condenados e cumpriron a súa pena.

En sexto lugar, convén non esquecer que o executivo francés comezou argumentando que a retención de seguranza ia ser de aplicación exclusiva a persoas condenadas por delitos relacionados con a pederastia e que estas afirmacións, de mera oportunidade político-social que en calquer caso non debería ser suficiente para derrogar principios ou garantías xurídicos, foron logo desmentidas polos avatares da propia norma xa que no texto definitivo produciu-se unha ampliación de ámbito da lei a delitos de carácter non sexual.

Como sempre acontece, este tipo de medidas comezan por ser aplicadas a colectivos “especiais” e despois son obxecto de xeneralización (lembre-se a “cultura da emerxencia” en Italia ou a aplicación a presos sociais da dispersión carceraria ou a “Doutrina Parot”).

A chamada retención de seguranza plantexa un horizonte preocupante tamén ao sul dos Pirineus. No Estado Español, a alarma mediática en relación aos delitos contra menores (feitos gravísimos mais isolados) facilita unha campaña en prol da “cadea perpétua”. Este pode ser o caldo de cultivo para introducir no noso ordenamento a retención de seguranza e outras medidas tan restritivas, ou mais, que as previstas na lei francesa.

Haverá que non descuidar a vixilancia.

ÍNDICE DE IMPUNIDADE

O Comité para Protexer Xornalistas acaba de publicar, no último número de *Dangerous Assignments* (Primavera-Verao 2008), o *Índice de Impunidade*, primeiro relatório sobre a impunidade de que gozan en numerosos países as persoas que asasinan xornalistas.

O autor, Frank Smyth, fixa o número de asasinatos impunes no período 1998-2007 en cada un dos 13 países que incluí na listaxe e calcula a súa incidencia en relación ao conxunto da poboación total.

Con 79 casos de asasinatos de xornalistas sen resolver, o Iraque ocupa desde 2003 –data da invasión dos EUA- o primeiro lugar no ranking de países perigosos para a prensa. Mais, contrariamente ao que pudesemos pensar-se, a maior parte das mortes non se producen en combate senón que son o resultado de crimes perpetrados contra xornalistas concretos, a maioría deles de nacionalidade iraquiana.

Mais, como afirma Joel Simon, Director Executivo do CPJ,

O que sorprende non é que os tres países que encabezan a lista sexan o Iraque, Serra Leoa e Somália, países en que a guerra, a falencia da orde social e o colapso da autoridade governamental

deixou os xornalistas a mercé dos asasinatos. O realmente chocante é o número de democracias consolidadas que aparecen na listaxe. Países como México, as Filipinas e Rusia, por exemplo. O noso propósito é conseguir reducir a razón de impunidade nos próximos anos, a medida que se vaian resolvendo e castigando os asasinatos.

O Índice é parte da Campaña Global contra a Impunidade promovida polo Comité para Protexer Xornalistas, que se centra nunha primeira fase en dous países concretos –Rusia e as Filipinas- onde a violencia que se exerce contra a prensa alenta de maneira preocupante a autocensura.

CONTRA A DIRECTIVA DA VERGOÑA

O proxecto de Directiva de Retorno, tal como foi modificado e adoptado polos representantes dos Estados membros o 22 de Maio, resulta aínda mais alarmante que o texto aprobado polo Parlamento Europeo en Setembro pasado.

Non só subsisten os aspectos máis criticados polas asociacións de defensa dos dereitos humanos, senón que se observa un endurecemento das medidas previstas:

- internamento das persoas estranxeiras en situación irregular por un período de até 18 meses;
- detención e afastamento de persoas vulnerábeis (mulleres grávidas, persoas idosas, vítimas da tortura...) e de menores –acompañados ou non- con desprezo do respecto do interese superior da/o nena/o. A última versión do texto permite a detención e expulsión forzosa de menores non acompañados a un terceiro país (diferente do país de orixe) onde non teñen familia nen tutor legal;
- eliminación da obriga de os Estados proporcionaren aloxamento ás persoas que padecen doenzas graves;
- sistematización da prohibición de entrar en territorio da UE durante cinco anos ás persoas expulsadas, ou sexa: exclusión e criminalización destas persoas;
- reenvío dos estranxeiros aos países de tránsito, países con que non teñen vínculo algun.

Este proxecto de directiva será submetido ao voto do Parlamento europeo o próximo 18 de Xuño, polo que a asociación que lidera a campaña contra a aprobación desta normativa fan un chamamento a continuar as mobilizacións para que o proxecto sexa rexeitado. O 14 de Xuño está prevista unha xornada de acción europea.

The Privacy & Human Rights Report

Electronic Privacy Information Center (EUA) e Privacy Internacional (UK)

<http://www.privacyinternational.org/>, <http://epic.org/>

Desde 1997, as asociacións EPIC (EUA) e PI (UK) publican periodicamente unha panorámica global, a mais completa das que existen na actualidade, sobre os mecanismos de vixilancia estatal e as salvaguardas do dereito à intimidade.: *The Privacy & Human Rights Report*. A información que recolle a última edición do relatório (de finais de 2007) foi elaborada a partir do material e comentários fornecidos por 200 expertos de todo o mundo e abranxe dados referidos a 47 estados (10 mais que nas primeiras edicións). Incorpora tamén a posibilidade de comparar os resultados actuais con os anteriores, o que permite ver en que sentido evolui a situación.

Evolución que, segundo o relatório, dista de ser alentadora. A preocupación polos fluxos migratorios e o control das fronteiras, que dominou a axenda mundial no 2007, levou a tomar medidas de urxencia que derivaron nun aumento moi significativo da información interceptada e almacenada polos estados, medidas que despois acabaron por ser legalizadas en tratados internacionais que se aprobaron frecuentemente à marxe dos procedimentos democráticos.

O estudo incluí tamén unha clasificación elaborada en base a criterios como: protección constitucional, garantías e salvaguardas legais, documentos de identidade con/sen información biométrica, transferencia de datos, vídeo-vixilancia, interceptación das comunicacións e almacenamento da información, controlos no traballo, acceso do goberno à información privada das persoas (médica, financeira, de desprazamentos,..), control das fronteiras, salvaguardas democráticas e papel desempeñado polos diferentes estados na elaboración de tratados internacionais lesivos para o exercicio deste dereito (como, p.ex. o Tratado de Prum, establecido por iniciativa de Alemaña, Áustria, Bélxica, España, Franza, Luxemburgo e Holanda).

Grécia, Roménia e o Canadá ocupan os primeiros lugares deste ranking mundial. Alemaña, que ocupava o primeiro lugar en 2006, sitúase agora en sétima posición, por detrás de Portugal e Eslovenia. Malaysia, Rusia e China ocupan os últimos lugares.

De entre os estados democráticos, son os EUA os que obteñen os piores resultados, por debaixo da India e Filipinas. En Europa é o Reino Unido o que se sitúa na peor categoría, a de "vixilancia endémica". Escocia, que por vez primeira aparece individualizada, obtén resultados significativamente mellores que os de Inglaterra e Gales. Arxentina supera 18 dos 27 estados da UE. Australia aparece mellor situada que Eslováquia mais peor que Sul-África e Nova Zelândia.

O Estado español sitúase no lugar 16º (na categoría definida como "fallo sistemático das garantías").

S		
	APRESENTACIÓN	1 ...
U	ESCALA	2 ...
	ANÁLISES E RELATORIOS	2 ...
M	BREVES	8 ...
A	BIBLIOTECA	16 ...
R		
I		
O		
C		
O		
L		
A		
B		
O		
R		
A		
N		

Pilar Allegue
 Fernando Blanco
 Pedro Bouso Cedrón
 Justo G. Beramendi
 José Ángel Brandariz
 Tony Bunyan
 Pepe Carreiro
 Marc Carrillo
 Xoan Cons
 Gustavo García
 Valentín García
 Pablo González Mariñas
 Ben Hayes
 Anxel Huete
 Manuel Janeiro
 Héctor López de Castro
 Celso López-Pazos
 Ramon L. Suevos
 Fernando Lousada Arochena
 Gustavo Luca de Tena
 Xaquín Marín
 Fernando M. Randulfe
 Miguel Anxo Murado García
 Guillermo Presa
 Anxo Quintela
 X. A. Ramos
 Elvira Souto
 Roch Tassé
 José Luis Torrente
 Vitor Vaqueiro
 Valeiras
 Suso Sanmartín